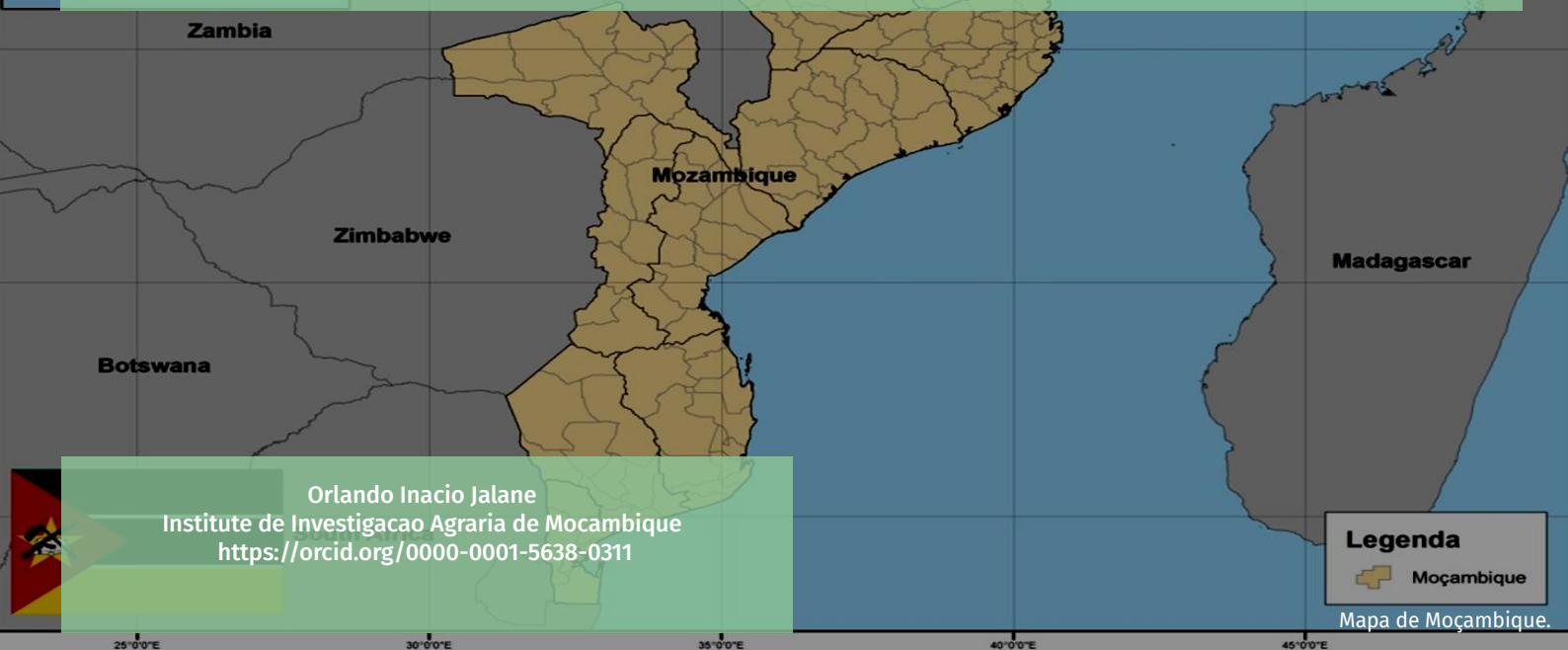


# A Dinâmica de Apropriação do Espaço na Zona Costeira da Cidade de Maputo, Moçambique.

[https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa\\_de\\_makunaima/article/view/594](https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa_de_makunaima/article/view/594)



## RESUMO

O presente trabalho analisa a dinâmica espacial da zona costeira do município do Maputo, Moçambique, ao longo da "Praia da Costa do Sol", enfocando a discussão da mobilidade das comunidades que vivem no entorno dessas áreas e a conseqüente mudança da paisagem pelas grandes construções imobiliárias. A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico e documental, além da análise e interpretação de fotografias aéreas e imagens de satélite abrangendo o período anterior e posterior ao início das mudanças na dinâmica de apropriação do espaço na área de estudo. Compreende-se que a insegurança da posse da terra com seus conseqüentes conflitos; a falta de identificação e pertencimento com os lugares de realocação; a perda das condições de autonomia econômica; a perda da tessitura de relações construídas ao longo da vida e a perda do controle da exploração dos recursos naturais locais prejudicam o desenvolvimento da população maputense.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Planejamento Urbano; Territorialização, Desterritorialização; Reterritorialização.

## ABSTRACT

This paper analyses the spatial dynamics of the Maputo city coastal zone, Mozambique, along the "Praia da Costa do Sol", focusing on the discussion of the mobility of the communities living in these areas and the consequent change of landscape by large estate constructions. The research was based from a bibliographical and documentary survey, besides the analysis and interpretation of aerial photographs and satellite images covering the period before and after the beginning of the changes in the dynamics of space appropriation in the study area. It is understood that the insecurity of land tenure with its consequent conflicts; the lack of identification and belonging with the places of relocation; the loss of the conditions of economic autonomy; the loss of the texture of lifelong relationships and the loss of control over the exploitation of local natural resources hinder the development of the population from Maputo.

**Keywords:** Development; Urban planning; Territorialization; Deterritorialization; Reterritorialization.



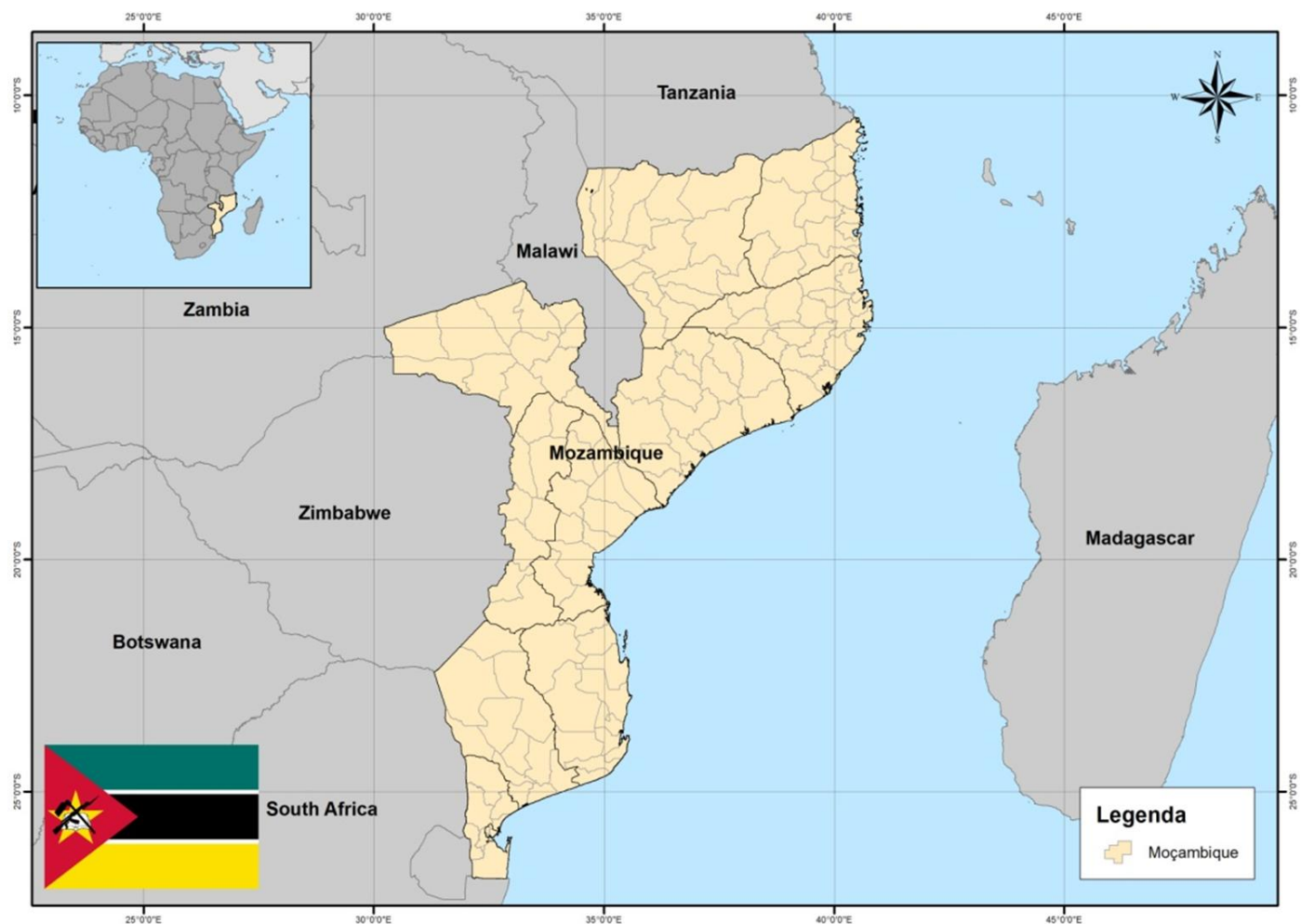
## 1 INTRODUÇÃO

Moçambique (Figura 01) é um país da costa oriental de África austral, antiga colônia portuguesa e tem atualmente, segundo o censo de 2017, cerca de 28.861.863 habitantes em um território com cerca de 801.590 Km<sup>2</sup>, com mais da metade da sua população vivendo na zona rural (INE, 2018).

país. Ela registra, por consequência, as transformações mais significativas (HATTON, 1995).

A pressão urbanística da população de mais alta renda sobre Maputo e, em especial sobre sua zona costeira, pode ser evidenciada, por exemplo, pela recente construção de um shopping center na avenida costeira, embora a densidade populacional local seja baixa (ANDREATA;VERENA; MAGALHÃES, 2011).

Figura 01: mapa de Moçambique.



Fonte: autores, 2018.

Segundo Hatton (1995), historicamente a cidade de Maputo, capital de Moçambique, representa a área sujeita a mais alta e diversificada utilização das condições naturais do

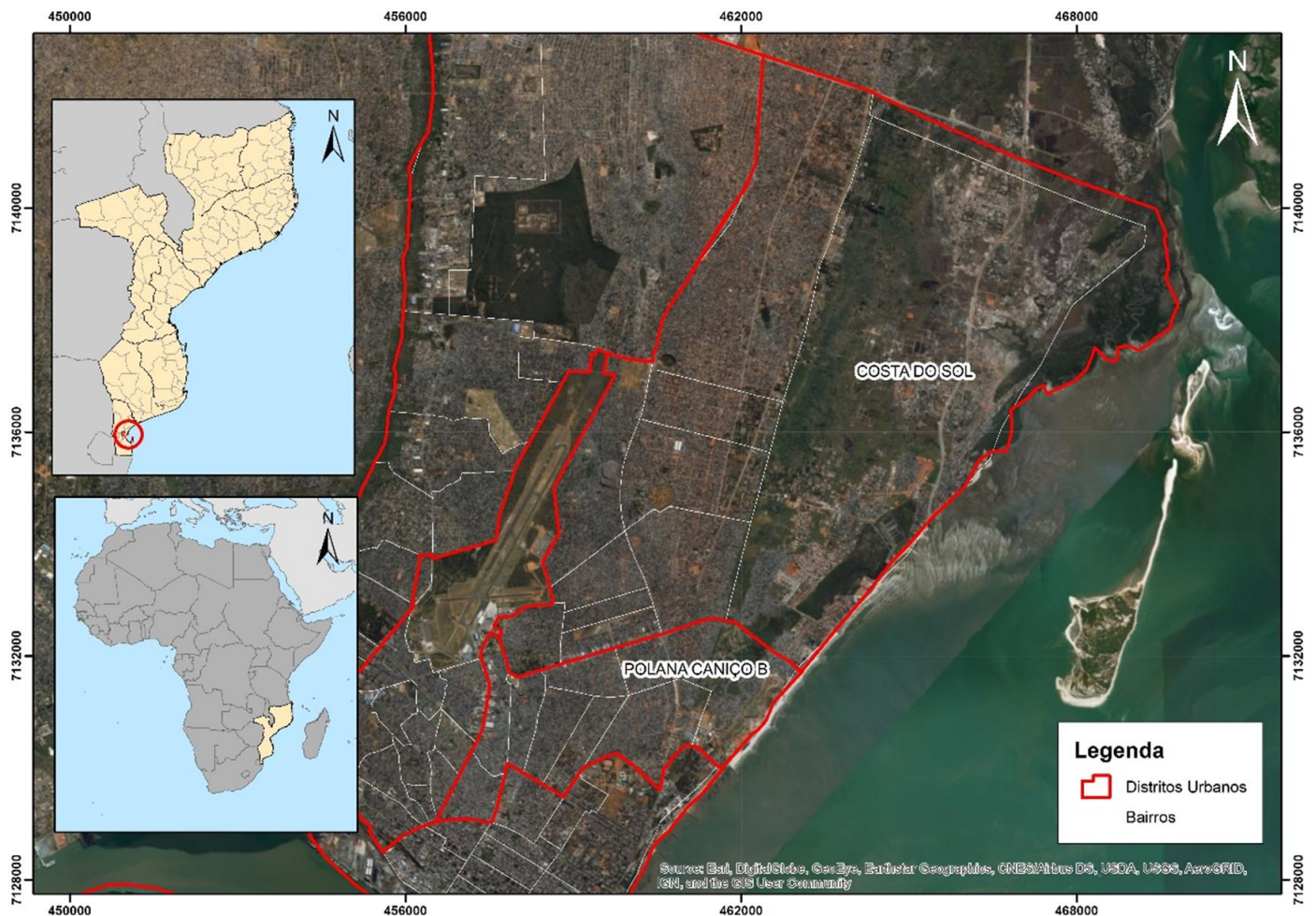
Tendo isso em conta, estabeleceu-se o seguinte questionamento: De que formas a paisagem da “Praia da Costa do Sol”, em Maputo, Moçambique, tem sido alterada de acordo com os

processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização locais?

Dessa forma, o presente trabalho visa analisar a dinâmica espacial da zona costeira do município do Maputo ao longo da “Praia da Costa do Sol”<sup>1</sup>, nos últimos 43 anos.

Mais 90% da população da cidade de Maputo reside na zona suburbana, isso é só 7.31% vive na verdadeira cidade de cimento com as mínimas condições de habitação desde o saneamento básico, abastecimento de água e energia, etc.

Figura 02: localização da área de estudo.



Fonte: autores, 2018.

O recorte espacial da área em análise encontra inserida nessa grande zona suburbana entre os bairros da Polana Caniço B (KaMaxaqueni) e o bairro da Costa do sol (sugiro letra maiúscula “Sol”)(KaMavota) junto a zona costeira da cidade de Maputo, popularmente conhecido como a praia da costa do sol (Figura 02).

Até aos meados dos anos 90 nos fins do séc. XX a grande parte da população aqui residente era composto por uma classe de trabalhadores dos sectores secundários, primário e uma pequena fração no sector terciários na sua maioria trabalhadores domésticos na parte cimentada da cidade (Urbana). Um pouco mais de 93.2% dos residentes destes dois bairros viviam em casas de cobertura de chapa de zinco

1 A referida praia se estende desde o “Bairro da Polana Caniço B” ao “Bairro da Costa do sol”.

**Tabela 01:** Indicadores socioeconômicos, distritos de Maputo.

Distrito Urbano	População Economicamente Activa %	Habitação Pobre %	Esperança de Vida Esperança de Vida	Educação Secundária %
KaMpfumu*	56.1	12.6	67.6	45.6
KaMaxaqueni**	51.5	84.1	52.2	15.4
Nlhamankulu**	53.9	61.5	55.5	17.9
KaMavota**	53.5	80.5	54.1	17.5
KaMubukwana**	52.2	74.2	56.7	18.0

Fonte: Citesalliance.org.

(INE – 3º Recenseamento Geral da População e Habitação 2007) e em condições de vida deploráveis com acesso muito limitados aos serviços básicos de saúde e de educação, essas dificuldades se acentuavam à medida que nos afastamos do centro da cidade.

Segundo o relatório das nações unidas sobre a população mundial, a pobreza urbana em Moçambique era estimada em 37% no ano de 2017. Os residentes das regiões periféricas da cidade de Maputo engrossam em grande medida essas estatísticas, e nestes bairros onde vive

grosso da população sem capacidade aquisitiva e com dificuldade de sobrevivência de várias ordens.

Os maiores níveis de pobreza entre os agregados na cidade de Maputo estão distribuídos nos distritos urbanos KaMaxaqueni e KaMavota acima de 80%, associados aos baixos níveis de escolaridade e esperança de vida à nascença.

**Tabela 02:** Habitação, agregados familiares e População de Maputo Cidade.

	Casas	Agregados Familiares	População			
			Total	Total %	Homens	Mulheres
Total	<b>224,796</b>	<b>242,254</b>	<b>1,101,170</b>	<b>100</b>	<b>529,510</b>	<b>571,660</b>
KaMphumu*	23,449	23,457	80,550	7.31	37,975	42,575
Nlhamankulu**	23,967	29,031	129,306	11.74	62,410	66,896
KaMaxakeni**	35,751	41,746	199,565	18.12	97,464	102,101
KaMavota**	65,820	69,142	331,968	30.15	159,516	172,452
KaMubukwana	65,080	69,240	321,438	29.19	153,675	167,763
KaTembe**	9,231	8,324	32,248	2.93	15,552	16,696
KaNyaka**	1,498	1,314	6,095	0.56	2,918	3,177

Fonte: INE, RGPH 2017.

## 2. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico e documental, além da análise e interpretação de fotografias aéreas e imagens de satélite da zona costeira de Maputo, Moçambique do ano 1975 aos dias atuais.

Os enfoques foram direcionados tanto para a discussão da mobilidade forçada ou não das comunidades que viviam na área costeira da “Praia da Costa do Sol” quanto para o afastamento das pessoas dos centros urbanos e a relacionada precarização de suas condições de vida.

## 3. Resultados e Discussão

As transformações e impactos na área costeira de Maputo, em especial do recorte do estudo estão relacionados a diversos fatores que serão discutidos a seguir.

### 3.1 Produção do Espaço Urbano e a Lógica de Mercado

O espaço é uma importante categoria de análise geográfica que permite a compreensão de diferentes dinâmicas, relacionadas a sua produção e reprodução. Dada sua complexidade deve ser compreendido em sua totalidade de forma conjunta e indissociável, como destaca Milton Santos (1991, p. 27):

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos espaciais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social.

A produção e a apropriação do espaço compõem a dinâmica de acúmulo do capital e da luta de classes. O capitalismo, movido pela aceleração de tempo de giro do capital, valoriza os capitais financeiro e monetário em detrimento do capital de serviços e do Estado, mas vale-se desses últimos, por exemplo, na construção de obras que permitam a melhor circulação de mercadorias e de pessoas e valorizem zonas específicas das cidades em detrimentos de outras (HARVEY, 2006).

Como afirma Harvey, 2006, p.87,

O capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão “global” do trabalho e de funções) apropriada à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história.

Esta dinâmica de mercado tende a extrapolar os limites da outrora “cidade de cimento”. São, sobretudo, as áreas periurbanas a ela adjacentes que mais sentem a pressão imobiliária atual, sob a forma de intervenções de renovação urbana, embora se desenvolvam paralelamente ações de qualificação (JORGE & MELO, 2014).

Essa paisagem é transformada a todo momento, em meio a constantes processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Tais processos são coordenados em âmbito mundial pelo mercado, disciplinadas pelo capital financeiro e monetário, devido à redução do papel do Estado, ocupado, sobretudo, em tornar os países mais atrativos aos investimentos, criando um cenário propício para tal. Realidade mais contundente nos países subdesenvolvidos, devido ao aumento das facilidades de inserção desses na concorrência capitalista global (HARVEY, 2006).

Em Moçambique, no geral, os problemas de planejamento urbano, como ação pública podem ser sintetizados em dois eixos, por um lado os problemas da expansão urbana que são sentidos pelas autoridades locais, sobretudo nas capitais

provinciais e na capital ela própria, e, por outro lado, a posse da terra pelo estado que dá uma ilusão de poder sobre a terra e facilita atitudes de abuso consciente ou inconsciente do poder (FORJAZ, 2004 *apud* MELO, 2013). O fato de a terra ser propriedade do estado, plasmado pela lei de terra de 1997 substanciado pelo “artigo 3 (Princípio geral) onde terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada”. Daí os constantes abusos dos agentes do estado na aplicação e no entendimento que se tem em relação a lei da terra.

Pondera-se, entretanto, que o intervencionismo estatal serve não apenas para favorecer o capital financeiro e monetário, mas ainda tem (e tem potencial para ter) papel relevante na defesa da pluralidade cultural e do direito à terra pelas populações que tradicionalmente a ocupam, bem como na preservação e conservação ambientais (HARVEY, 2006).

As intervenções no espaço periurbano envolvem um maior leque de atores, sob a forma de diferentes tipos de parcerias, com interesses e racionalidades distintos, beneficiando uma população alvo que também se diversifica, com a chegada de estrangeiros e a emergência de uma parcela de população com maior poder aquisitivo.

Embora se continue pontualmente a demarcar e disponibilizar parcelas de terra (talhões), com ou sem infraestruturas básicas e/ou habitação, a atual dinâmica do mercado imobiliário e a construção de novas infraestruturas, promovidas pelo recente crescimento econômico, são insuficientes ou incapazes de responder aos interesses e necessidades da maioria da população, que continua a recorrer à autoprodução (JORGE & MELO, 2014).

O utopismo Smithano da mão invisível do mercado regulando as economias mundiais em prol do bem-estar coletivo, através da eliminação

das intervenções e regulações estatais (exceto as claramente favorecedoras do livre mercado) foi duramente combatido por Marx, na medida em que o capitalismo requer a acumulação de riqueza por poucos a partir do espólio de muitos, incluindo-se aí trabalhadores e meio natural como forças produtivas a serem exploradas ao máximo. Posteriormente, o neoliberalismo exportado a partir do par Thatcher-Reagan para o mundo atualiza o utopismo Smithano através, por exemplo, de desregulamentações e de desmontes de sindicatos, aumentando o desemprego e as desigualdades socioeconômicas nos países adotantes (HARVEY, 2006).

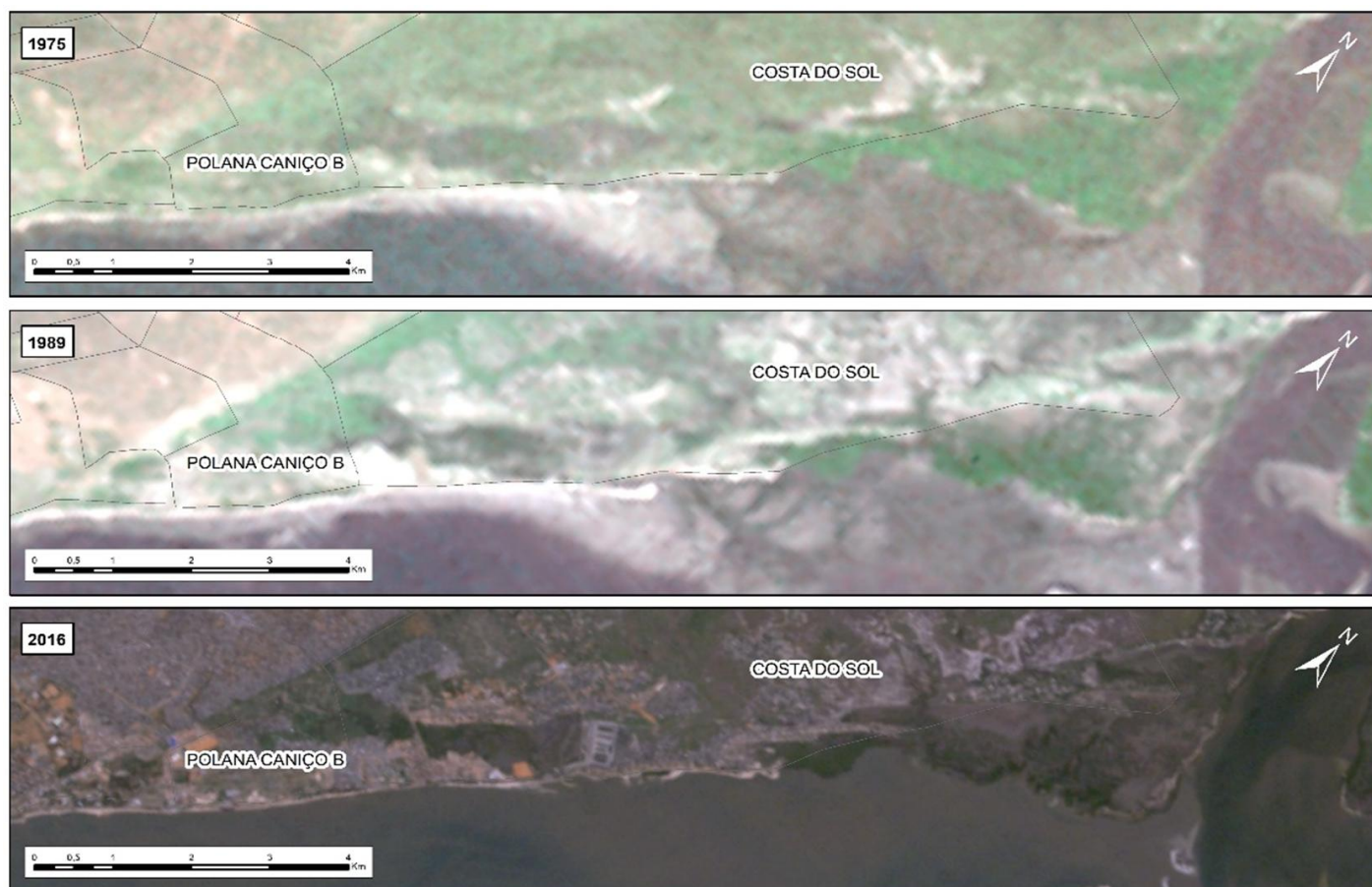
Tal utopismo atualizado, no qual as regulações estatais favorecem os detentores do capital monetário, tem favorecido os ricos em Moçambique, sejam eles estrangeiros ou moçambicanos.

### 3.2 Exclusão Social e Degradação Ambiental na Zona Costeira de Maputo

O processo da produção dos espaços urbanos tem desencadeado dinâmicas de exclusão social ligadas ao capital. É crescente a capacidade de compra do grupo abastado da sociedade maputense, bem como a entrada de capitais estrangeiros da área imobiliária. São esses fatores que vêm moldando a paisagem da zona costeira de Maputo.

Tem-se, assim, a sobreposição e a substituição das áreas dos assentamentos das comunidades pesqueiras da capital de Moçambique, bem como dos produtores das horticulturas. Acelerando, portanto, a degradação das áreas do manguezal e dos demais ambientes costeiros (Figura 03).

A partir da análise da Figura 04, percebe-se uma mudança da paisagem ao longo da área pelas grandes construções imobiliárias, junto aos espaços anteriormente agrícolas e áreas de proteção ambiental, como no caso do

**Figura 03:** dinâmica espaço-temporal da ocupação urbana (1975/1989/2016).

Fonte: autores, 2018.

ecossistema manguezal. É marcante também as transformações na faixa de praia através das intervenções de engenharia com a instalação de espigões de pedra com a intenção de mitigar os processos erosivos.

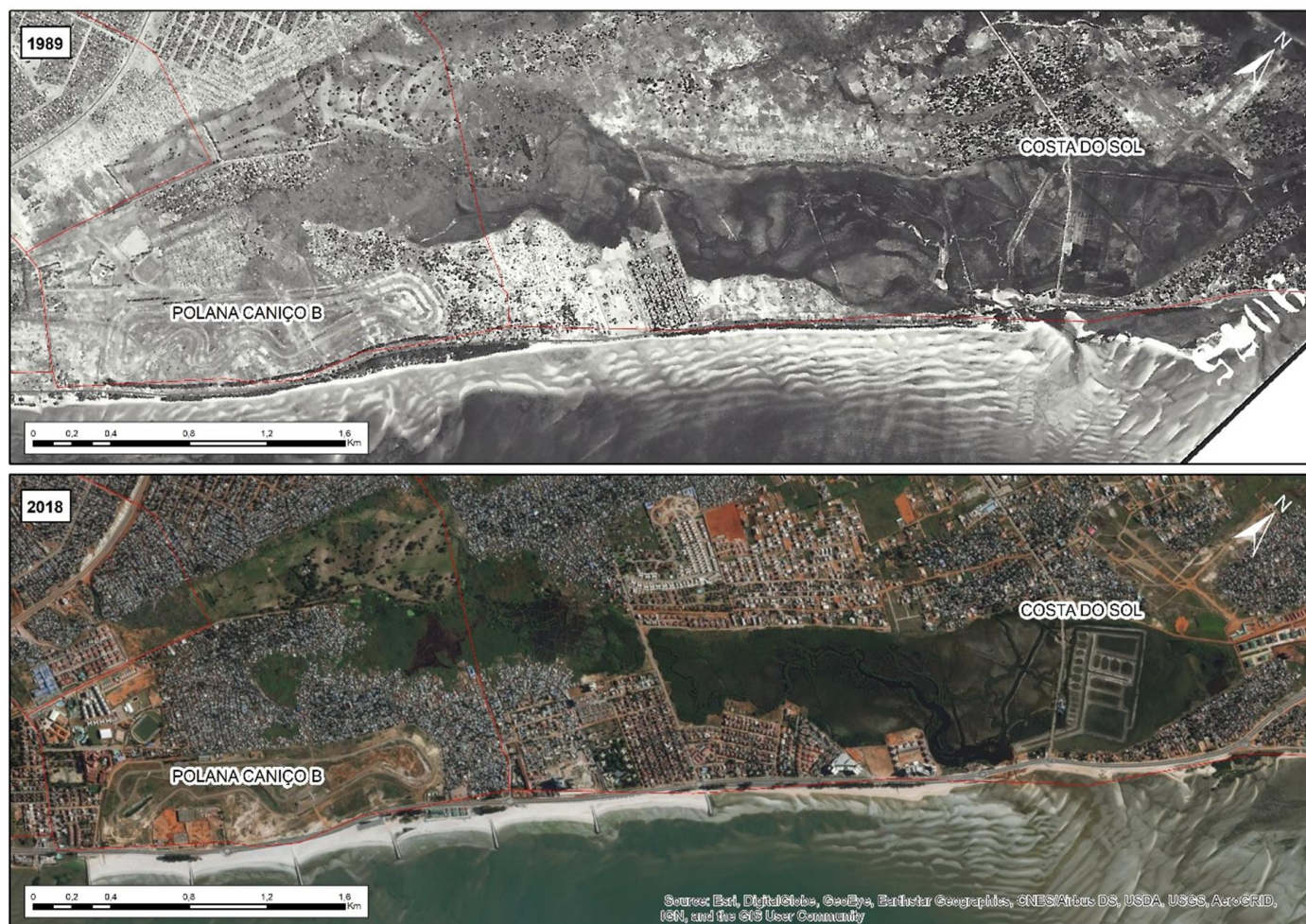
O processo de substituição dos assentamentos na zona costeira de Maputo foi acontecendo sem um planejamento prévio eficiente por parte das estruturas administrativas municipais, fato este que levantou muitos conflitos de terra envolvendo tanto as comunidades previamente instaladas quanto os novos interesses na exploração destes espaços.

A transição dos espaços das pequenas comunidades de pescadores e produtores agrícolas para o grande capital imobiliário e a sua consequente alteração da paisagem de pequenas

barracas para estrutura imponente da arquitetura moderna está atrelada à degradação do ecossistema manguezal e das áreas agrícolas.

Assim, disfarçado na propaganda da busca de um suposto desenvolvimento (economicista, excludente e parasitário dos bens e serviços ambientais, assim como da energia e da humanidade da classe trabalhadora), o neoliberalismo avança na apropriação dos territórios removendo populações inteiras de seus espaços historicamente construídos para dar lugar à especulação imobiliária movida pelas grandes multinacionais e detentores do capital monetário/financeiro intensificando, o que Harvey denomina como “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2006).

Segundo Jorge & Melo (2014), a saída de

**Figura 04:** dinâmica espaço-temporal da ocupação urbana (1989/2018).

Fonte: autores, 2018.

população residente nas áreas mais próximas do centro, na sequência das intervenções de qualificação e renovação urbana, é um dos aspectos mais críticos destes processos, por não contemplar o “direito à cidade”, no sentido preconizado por Lefebvre (1968), e o “direito ao lugar”, previsto na Lei de Terras (Lei nº 19/97), que lhes assistem: as alternativas são limitadas e as contrapartidas não refletem o devido valor da ocupação. A segregação socioespacial se associa ainda à exclusão da população de menores recursos de outros benefícios da urbanidade, nomeadamente o acesso a equipamentos sociais, serviços públicos, atividades econômicas e de lazer, bem como à diversidade socioeconômica e cultural, aumentando as dificuldades das

comunidades de pescadores e de pequenos produtores rurais anteriormente vinculados ao espaço da zona costeira de Maputo.

Ademais, a autoprodução e a atribuição de parcelas de terra são responsáveis por uma parte significativa das transformações do território, levadas, sobretudo, por uma população proveniente do centro e das áreas periurbanas mais próximas, motivada pela procura de primeira ou segunda residência (devido, por exemplo, ao aumento do agregado familiar ou ao aluguel da casa que possuem no local de origem).



### 3.3 Diálogos entre desenvolvimento, liberdade e sustentabilidade

Pensando sobre as disparidades entre os níveis de desenvolvimento não apenas entre países, mas entre estratos socioeconômicos diametralmente opostos dentro de uma mesma unidade federativa, percebe-se claramente que indicadores como o PIB (Produto Interno Bruto), PNB (Produto Nacional Bruto) ou mesmo suas versões “per capita” não são suficientes para se analisar o desenvolvimento de um dado país, não sendo representativos das qualidades de vidas de suas populações locais (SEN, 2007).

Nesse sentido, corrobora-se a teoria de Sen (2007), de desenvolvimento como liberdade, valorizando os mercados na medida em que possam proporcionar liberdade de transações financeiras e, em especial, compreendendo a liberdade de um indivíduo, e por consequência seu desenvolvimento, como um conjunto de “(1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora” (SEN, 2007, p. 25). Sendo essas formas de liberdades instrumentais mutuamente dependentes (SEN, 2007).

A visão de desenvolvimento enquanto liberdade se diluiu na realidade de grande parte dos países em vias de desenvolvimento, e aí se enquadra Moçambique, particularmente quando se fala da acessibilidade a alguns direitos. O acesso à centralidade urbana tem sido negado à maior parte das comunidades de baixa renda como os casos particulares dos pescadores e dos pequenos produtores rurais que perderam suas terras junto à Praia da Costa do Sol para o grande capital.

A grande procura por terra levou a uma precarização mais acentuada da segurança que as famílias possuíam sobre aquela. Esse fato pode ser corroborado por Mandamule (2015). Segundo o autor, a procura por terra e a insegurança de posse estão correlacionadas. O

aumento da primeira cria uma pressão que leva necessariamente ao surgimento da segunda, o que significa que a crescente demanda por terras tece relações de causa e efeito com a insegurança e os conflitos resultantes, em grande medida, dos deslocamentos que os projetos de investimento promovem para a implantação dos seus empreendimentos e da não-significação com os novos lugares para onde as populações são transferidas.

Dadas as circunstâncias, mesmo para as populações mais ricas da zona costeira de Maputo, seria arriscado dizer que alcançaram bons níveis de desenvolvimento, pois, como ressalta Sen (2007), ainda que um determinado segmento social ascenda economicamente, isso não significará, necessariamente, seu desenvolvimento, tendo esse último como meio e finalidade a liberdade. O desenvolvimento que pode advir da riqueza material reside nas liberdades substantivas que a riqueza pode trazer, mas essas liberdades dependem de fatores, pelo menos em parte, alheios às riquezas individuais, como infraestrutura em nível de pavimentação e iluminação pública e liberdades civis (SEN, 2007).

A partir desse critério, as elites econômicas de um dado país não constituirão necessariamente, exemplo de desenvolvimento. Apesar de, em contrapartida, o segmento mais pobre da população, com privações de liberdades em diferentes instâncias, como de acesso à alimentação mínima para sobrevivência, saúde, educação, água tratada, esgotamento sanitário, direito à terra, acesso à moradia, liberdades civis, emprego digno e, valendo-se de Leff (2001), privações da liberdade de adoção de uma outra racionalidade ambiental, estar muito distante da práxis de desenvolvimento como liberdade (SEN, 2007).

O processo de liberalização econômica, a pauperização crescente de parte da população, a promoção de grandes investimentos na área do

agronegócio e da indústria extrativa legitimados pelo discurso de modernização e obtenção de um dito desenvolvimento, tendo como base o crescimento econômico traduzido em PIB e PNB, contribuem para acelerar e difundir os processos de mercantilização da terra. Isso se dá uma vez que os grupos mais vulneráveis da sociedade podem ser conduzidos a vender as suas terras como forma de responder aos baixos rendimentos e à falta de proteção social (LAVIGNE, DELVILLE; DURAND, 2009; SEN, 2007).

Esses processos de desenvolvimento geográfico desigual que afetam negativamente os países subdesenvolvidos como Moçambique tem em suas bases constitutivas o arcabouço político e ideológico implementado com a vitória do neoliberalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra dos anos 1970. Chamado atenção ao protagonismo que tem o aspecto político quando se considera os pilares para a obtenção de um desenvolvimento sustentável<sup>2</sup> efetivo e abrangente (HARVEY, 2006; NASCIMENTO, 2012).

Assim, para que o desenvolvimento possa ocorrer de forma amalgamada à sustentabilidade é necessário considerar os aspectos ambientais, sociais e econômicos que envolvem os grupos humanos, mas, para além da importância desses três, serão os aspectos culturais e políticos os motores reais das mudanças (NASCIMENTO, 2012).

#### 4. Considerações finais

Com base no exposto, pensa-se que a busca pelo desenvolvimento deve estar presente nos mais diversos contextos, mas que o desenvolvimento enquanto liberdade é que deve ser o objetivo das nações. Dessa forma, deve-se questionar que contribuições ao desenvolvimento local (ou mesmo nacional), remoções de famílias da zona costeira de Maputo em prol da instalação de matrizes hoteleiras, de segunda residência poderiam efetivamente fornecer.

Quais os níveis de eficiência de geração de renda tais dinâmicas de apropriação do espaço geram para Moçambique? De fato, quanto do dinheiro gerado com a implementação de complexos turísticos movimentará a economia de Maputo e de Moçambique como um todo? Mas, principalmente, como essas mudanças interferem na equidade dos cidadãos de Maputo? Valendo-se nesse último ponto de uma concepção de equidade que considere a busca por igualdade social, mas que destaque também as comparações dos níveis de segurança, direito à moradia e à terra, sustentabilidade econômica e ambiental, acesso a serviços de educação, saúde, lazer, cultura e emprego a que os habitantes de uma nação estejam submetidos.

Refletindo-se sobre os aspectos levantados, pensa-se na falha geração de emprego e renda para os residentes do entorno das áreas de remoções da Praia da Costa do Sol, considerando-se a importação também dos recursos humanos advindos de outros países (como a África do Sul) na sustentação dos empreendimentos imobiliários instalados na costa de Moçambique. À população removida cabe uma reinvenção de suas fontes de renda e modos de viver, haja vista a perda da centralidade, das tessituras sociais locais e dos sistemas naturais como mares e mangues, a partir dos quais haviam previamente estruturado seus fazeres produtivos. A movimentação econômica gerada migra do âmbito local com valorização dos saberes e recursos naturais e culturais próprios para uma voltada para os ricos, é concentradora de renda e aprofunda as distâncias socioeconômicas entre ricos e pobres, indo na contramão da equidade e da construção global, regional e local de sistemas sustentáveis.

Pensa-se, dessa forma, que: a insegurança da posse da terra com seus consequentes conflitos; a falta de identificação e pertencimento com os novos lugares para os quais as famílias que tradicionalmente ocupavam a zona costeira de Maputo estão sendo realocadas; a perda das

<sup>2</sup> Sustentabilidade, segundo o Relatório Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, significa o desenvolvimento que responde às necessidades das gerações atuais sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazerem suas necessidades (BRUNDTLAND, 1991).

condições de autonomia econômica (uso da terra para plantio e criação pastoril; pesca artesanal e economias de trocas locais); a perda da tessitura de relações construídas ao longo da vida (rede de apoio familiar e de vizinhança) e a perda do controle da exploração dos recursos naturais locais (com a sobre-exploração resultante da lógica imediatista de lucro dos grandes empreendimentos) só dificultam o desenvolvimento de Maputo, sendo, portanto, danosos tanto em termos socioeconômicos quanto ambientais.

## 5. Referências

- ARAÚJO, M. G. M. Os Espaços Urbanos em Moçambique. GEOUSP: Espaço e Tempo. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123846>>. Acesso em 25 de Set 2018.
- ARAÚJO, M. G. M & GERAL, I. I. R. (2005). Cidade de Maputo. Espaços Contrastantes: do Urbano ao Rural. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.18055/Finis1694>>. Acesso em 26 de Set 2018.
- BRUNDTLAND, G. H., et al. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- GIVE, A. S. Os desafios da expansão urbana nos países em vias de desenvolvimento – o caso de estudo de Maputo-KaTembe. Urbanismo e Ordenamento do Território. 2016. Disponível em: <[https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1689244997256765/ASG\\_VersaoFinal2.pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1689244997256765/ASG_VersaoFinal2.pdf)>. Acesso em 27 de Set 2018.
- HARVEY, D. Espaços de Esperança. 2º ed. 2006.
- INE. IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo – Moçambique. 2017. Disponível em <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais>. Acesso em 16 de Nov de 2018.
- JENKINS, P. Mercados de terras urbanas no Moçambique pós-socialismo – Seu impacto sobre a população vulnerável: alternativas para melhorar o acesso à terra e o processo de desenvolvimento urbano. Projeto de pesquisa-ação nas áreas peri-urbanas de Maputo. 2001. Disponível em: <[http://homepage.dk/tl\\_files/uploads/misc/Previous Studies/2000 Levantamento Relatorio\\_Maputo\\_mercado\\_terra\\_urbana.pdf](http://homepage.dk/tl_files/uploads/misc/Previous Studies/2000 Levantamento Relatorio_Maputo_mercado_terra_urbana.pdf)>. Acesso em 8 de Oct 2018.
- JORGE; MELO, V. Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo. Cadernos de Estudos Africanos. 2014. Disponível em: <<http://cea.revues.org/1488>>; DOI: 10.4000/cea.1488>. Acesso em 4 de Oct 2018.
- LAVIGNE; DELVILLE; DURAND, L. Land Governance and Security of Tenure Land Governance and Security of Tenure. June 2009. Disponível em: <<http://www.agter.asso.fr/IMG/pdf/land-governance-and-security-of-tenure-in-developing-countries.pdf>>. Acesso em 26 de Set 2018.
- LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MANDAMULE, U. (2015). Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique. Maputo – Moçambique. 2015. Disponível em: <[revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/5295/4056](http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/5295/4056)>. Acesso em 26 de Set 2018.
- MOÇAMBIQUE. Decreto-Lei 19/1997. Lei de Terras. Diário da República. Maputo, 1997.
- MUCHANGOS, A. Moçambique: Paisagens e Regiões Naturais. Maputo: Tipografia Globo, Lda. 1999. Disponível em: <<https://doi.org/01048/FBM/93>>.
- MUCHANGOS, A. Problemas do meio ambiente na cidade de Maputo. Cadernos de Planejamento Físico. Maputo, 1985.
- NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos Avançados, v.26,n.74. São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>>. Acesso em: 24 nov. 2018. p.

51-64.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1991.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Tvedten, I. At all. Espaço Urbano e Pobreza em Maputo, Moçambique. Volume 12 No 02. Junho 2013. Disponível em <https://www.cmi.no/publications/4794-espaco-urbano-e-pobreza-em-maputo-mocambique>. Acesso em 19 de Nov 2018.